

Acordo de Empresa das Infraestruturas de Portugal, IP

Reunião promissora com o Ministro das Infraestruturas e da Habitação

O **SINAFE** e o **SINTAP** reuniram recentemente com o Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, tendo em vista a abordagem de uma série de questões de grande interesse para os trabalhadores da rodovia e da ferrovia, com destaque para a necessidade de desbloqueio do processo de revisão do Acordo de Empresa (AE) das Infraestruturas de Portugal (IP).

Numa reunião que decorreu sob um clima de cordialidade e abertura, surgida após um outro encontro dos dois sindicatos com o Conselho de Administração da IP, o qual remeteu para a tutela a responsabilidade de iniciar a revisão do referido AE, os responsáveis das organizações sindicais presentes alertaram para a necessidade urgente de se iniciarem negociações nesse sentido, mas também sobre uma série de outras matérias sobre as quais pretendem alcançar entendimentos.

Nesse sentido, o **SINAFE** e o **SINTAP** referiram que devem rapidamente ser encontradas soluções para as questões relacionadas com a avaliação de desempenho, incluindo a necessidade de alteração das quotas de avaliação existentes, a par do cumprimento pleno do Acordo de Empresa em vigor, não deixando de lado os trabalhadores do quadro de pessoal transitório, assumem-se desde logo como prioridades, essenciais para conferir um clima de estabilidade e confiança no seio laboral.

Neste encontro, o **SINAFE** e o **SINTAP** consideraram também premente a negociação da atualização da tabela salarial, do subsídio de refeição e das ajudas de custo, bem como a negociação dos suplementos remuneratórios em vigor na IP.

Foi ainda referida a necessidade de admissão de novos trabalhadores, de modo a que não continue a verificar-se a sobrecarga a que estão atualmente sujeitos os trabalhadores da empresa, e reivindicadas medidas que conduzam a um cumprimento mais escrupuloso das matérias relacionadas com a saúde e segurança no trabalho.

Da parte do Ministro, foi obtida a garantia de realização de novas rondas negociais, com início já a partir de setembro, das quais, esperamos, se possa definir um calendário negocial para as diversas questões abordadas nesta reunião e resolver as questões que mais preocupam e afetam os trabalhadores da empresa Infraestruturas de Portugal, sob pena de não dar aos sindicatos outra alternativa senão a de enveredarem por formas de luta mais duras, incluindo paralisações.

Lisboa, 13 de agosto de 2021